

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

DESPACHO DO PRESIDENTE
Em 23 de maio de 2001

Nº 48 - Assunto: Processo FUNAI/BSB/0916/81. Referência: Terra Indígena TABALASCADA. Interessado: Grupos Indígenas Wapixana e Makuxi. EMENTA: Aprova o relatório circunstanciado de identificação e delimitação da Terra Indígena em que se refere, com fulcro no Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI, tendo em vista o que consta no Processo FUNAI/BSB/0916/81, e considerando o Resumo do Relatório de Identificação, de autoria do antropólogo NORALDINO VIEIRA CRUVINEL que acolhe, face as razões e justificativas apresentadas, decide:

1. Aprovar as conclusões objeto do citado resumo para a final, reconhecer os estudos de identificação da Terra Indígena TABALASCADA, de ocupação dos respectivos grupos tribais Wapixana e Makuxi, com superfície e perímetro aprovados de 13.024 hectares e 50 km respectivamente, localizada no município de Cantá, Estado de Roraima.

2. Determinar a publicação no Diário Oficial da União e Diário Oficial do Estado de Roraima, do Resumo do Relatório Circunstanciado, Memorial Descritivo, Mapa e Despacho, na conformidade do § 7º do art. 2º do Decreto nº 1.775/96.

3. Determinar que a publicação referida no item acima, seja afixada na sede da Prefeitura Municipal da situação do imóvel.

GLENIO DA COSTA ALVAREZ

RESUMO DO RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DE REVISÃO
DE LIMITES DA TERRA INDÍGENA TABALASCADA

Referência: FUNAI/BSB/0916/81. Denominação: Terra Indígena (TI): Tabalascada. Localização: Município de Cantá, Estado de Roraima. Superfície: 13.024 ha. Perímetro: 50 km. Sociedades Indígenas: Wapixana e Makuxi. População: 302 habitantes (1997). Identificação e Delimitação: Grupo Técnico constituído pela Portaria nº 257/PRES/FUNAI de 13 de março de 1997, coordenado pelo antropólogo Noraldino Vieira Cruvinel.

I PARTE - DADOS GERAIS

A fundamentação legal que norteou o relatório foi ditada pelo Título III - Das Terras dos Índios da Lei nº 6001/73, Art. 231 e parágrafos, da Constituição Federal de 1988, Decreto nº 1.775/96, e pelas Portarias nº 239/PRES/91, antes de ser alterada pela Portaria nº 365/PRES/00, e nº 14/MJ/96. A determinação para a realização dos estudos e levantamentos, em campo, é da Portaria nº 257/PRES/97, publicada no DOU de 14/03/97, alterada pelas Portarias nº 277 e 432/PRES/97, publicadas, respectivamente, nos DOUs. nº 57 e 85, de 23/03/97 e 07/05/97, esta última retificada conforme os termos publicados no DOU de 08/05/97, fl. 3121. A Portaria nº 554/PRES/99, constituiu GT para a complementação dos estudos e levantamento fundiário determinados pela Port. 257/PRES/97 e foi publicada no DOU de 13/07/99, fl. 5.

O relatório ora resumido é resultado de estudos e levantamentos antropológicos, etno-históricos, ambientais, cartográficos e fundiários realizados junto à comunidade da aldeia ou maloca Tabalascada, aos ocupantes não-índios incidentes em grande parte da TI. Tabalascada, na região de inserção da área, em bibliotecas, museus, centros de documentação da FUNAI e do INCRA, e em cartórios de registro de imóveis de Boa Vista.

Declarada como de posse permanente indígena e determinada a sua demarcação pela Portaria do Presidente da FUNAI, nº 1.223/E de 21/05/82, o passo seguinte deveria ser a conclusão de sua demarcação física iniciada em 1985 e não a revisão de parte de seus limites, conforme determinado pela Port. 257/PRES/97. No entanto, após a ação de parte de não-índios ocupantes da área que levaram à suspensão da sua demarcação, o transcurso de vários anos e reflexão dos índios quanto às terras da comunidade que ficaram fora da área declarada, estes com determinação inabalável, não permitiram a continuação da demarcação da área, senão com a revisão de parte dos seus limites. A falta de recursos financeiros impediram o atendimento das reivindicações solicitadas pelos índios até 1997, quando o Projeto Integrado de Proteção às Terras e Populações Indígenas da Amazônia Legal - PPTAL disponibilizou os recursos financeiros necessários.

Os estudos e levantamentos em campo se deram em três ocasiões diferentes, entre os meses de março, abril e maio de 1997, sendo de ressaltar-se: que o levantamento fundiário só foi concluído em 21/07/1999, face à necessidade de se acionar a justiça federal para se conseguir a autorização para ingresso nas propriedades de dois dos ocupantes da área identificada; que o levantamento dos processos judiciais incidentes sobre a área só foi conseguido em 01/12/1999; que a cópia do Laudo Pericial Antropológico referente ao Processo nº 95.357-0, da lavra do antropólogo Paulo José Brando Santilli, sobre a ação de Manutenção de Posse impetrada por Ismael Moraes da Silva contra Norberto Cruz da Silva, FUNAI e União Federal, entregue à justiça Federal em Boa Vista, só foi conseguido em 11/01/2000.

A participação da comunidade indígena - a quem se deve, em última análise, o êxito do trabalho - se deu através da discussão do assunto em várias reuniões realizadas no malocão de reuniões, localizado no "centro da aldeia" e pelo acompanhamento direto e contínuo de todas as fases dos trabalhos de campo pelas lideranças indicadas na portaria nº 277/PRES/97: Alderizio Pereira da Silva, 1º Tuxaua, Norberto Cruz da Silva e por indígenas destacados nas ditas reuniões comunitárias.

Também a participação da AER/FUNAI/BVB, da Superintendência do INCRA/RR, do INTERAIMA, dos técnicos do GT e a decisão da Justiça Federal em Roraima, foram fundamentais para o levantamento de grande parte dos dados do relatório aqui resumido, sendo de ressaltar que muitos dos ocupantes não-índios colaboraram prontamente e - como cidadãos conscientes - para o levantamento fundiário das benfeitorias de suas ocupações.

PRIMEIRA PARTE - DADOS GERAIS

A TI. Tabalascada, com superfície aprox. 13.024 ha. e perímetro aprox. 50 Km, localiza-se no município de Cantá, Estado de Roraima, na região centro-leste do Estado, conhecida como Região da Serra da Lua, distando, por terra, cerca de 25 km de Boa Vista, a capital do Estado. A ligação da aldeia com a capital e com a cidade de Cantá se dá por estrada asfaltada. Partindo da BR 174 a estrada que liga esta BR à sede do município de Cantá passa pela aldeia, que dista em cerca de 05 Km da sede do município.

Os grupos indígenas Wapixána e Makuxí são os ocupantes da área. "O nome Wapixána, (outrora Matisana ou Vipidiana) constituiu hoje a auto-denominação do segundo maior povo indígena de Roraima" (Centro de Informação Diocese de Roraima -CIDR, 1989: Índios de Roraima. Coleção histórico-antropológica nº1. Coronário ed. Gráfica Ltda. Boa Vista RR. 1989: 69). Na TI. Tabalascada os Wapixána são maioria absoluta, mas ao que se viu in loco, há uma grande interação entre as duas etnias.

Quanto às famílias Linguísticas, os Wapixána são Aruák e língua Wapixána e os Makuxí da família Karib e língua Makuxí, segundo Aryon Rodrigues (Rodrigues, Aryon Dal'igna. Línguas Brasileiras. Ed. Loyola, São Paulo. 1986, fls. 63 e 69). Além dessas línguas, que não são mais de uso generalizado nos dias atuais, fala-se o português quando em contatos com os não-índios e, na maioria das conversações, entre os próprios índios.

A população da terra indígena é de 302 pessoas (1997). Habita 59 residências espalhadas por quase toda a área. O que poderíamos chamar de centro da maloca ou aldeia é um conjunto aparentemente desordenado de construções compostas por um malocão de reuniões, escola, casa de rádio, casas dos professores, enfermaria e igreja, sendo de se ressaltar que a disposição das residências na aldeia, ao que nos foi possível apurar, está ligada aos diversos grupos de parentela que a compõem, conforme veremos no item Reprodução Física e Cultural.

b) Resumo do Histórico

Antes da chegada dos povos Karib empurrados pelos espanhóis, dentre eles os Makuxí, a região do rio Branco foi invadida por grupos Aruák, no caso os Wapixána, que chegaram do Sudoeste. De conformidade com os dados históricos conclui-se que os habitantes das fronteiras Brasil/Guianas e Brasil/Venezuela, os Wapixána, os Makuxí e outros grupos que ocupavam a área vivenciaram um duplo processo colonizatório a partir de meados do século XVIII. "Vindos do vale Amazônico os portugueses inicialmente atingiram a população índia do rio Branco por meio de expedições para apresamento de escravos índios, (...) já os holandeses, por sua vez, alcançaram a região através de uma extensa rede de trocas de manufaturados por escravos índios que envolvia povos indígenas desde o baixo Essequibo até o vale do rio Branco (...)" (Farage, Nádia e Santilli, Paulo. Estado de Sítio. Território e Identidade no Vale do rio Branco. In Carneiro da Cunha, Org. História dos Índios do Brasil. FAPESP/SCM/Cia das Letras, ed. Schwarz, São Paulo, 1992: 267).

A conquista da região do rio Branco, correspondente atualmente ao Estado de Roraima, está associada à penetração portuguesa nos rios Amazonas e Negro iniciada em 1612/15 e que tinha como objetivo, além da conquista territorial pela ocupação efetiva, a subjugação e escravização dos índios que a ocupavam.

A visualização da grandeza da área, das dificuldades em explorá-la e de sua importância geopolítica levou os portugueses à busca de alternativas viáveis para dominá-la de fato. Essa busca contou, oficialmente, com um novo aliado em fins do século XVII, os missionários Carmelitas. Se em princípio, para muitos, a indicação de missionários para o empreendimento pudesse parecer uma garantia de respeito aos princípios cristãos, então desrespeitados de forma aviltante, esta não era a realidade da época. Comprovam os dados de então que, para a época, fazer cristão era o mesmo que fazer escravos.

As entradas, formas de expedições com o intuito explícito de aprisionar índios, foram muito utilizadas na região do rio Branco para conhecer melhor a área, fiscalizá-la e, especialmente, para suprir a região de Belém com produtos ambientais, agrícolas e mão-de-obra indígena. Das primeiras expedições as mais trágicas para os índios foram, segundo os registros da época, a de 1736 chefiada por Cristóvão Ayres Botelho e a de Lourenço Belforte, no ano de 1740, que juntas trouxeram, da região para Belém, mais de mil escravos. Essas entradas foram, pela Lei de 06/06/1755, ab-rogadas, fechando um triste capítulo para a história e para os índios.

Nová estratégia se deu na década de 1770, desta vez com o intuito direto de ocupá-la e marcar presença constante da Coroa Portuguesa na região, vez que os espanhóis e holandeses estavam fixando-se em sua parte mais ao norte. A estratégia, eminentemente militar, consistiu na instalação do Forte São Joaquim, em 1775, na margem direita do rio Tacutu, em sua confluência com o rio Uraricoera, e na instalação de aldeamentos indígenas às margens do rio Branco que, então, era parte da Capitania de São José do Rio Negro, criada em 1755.

Nessa época, a mão-de-obra indígena era vista e tida como escrava; trabalhadora forçada nos aldeamentos, fornecedora obrigatória de produtos advindos da atividade agrícola e da exploração dos recursos naturais. Somando-se a esta política as alterações introduzidas na organização social e nas formas de ocupação do solo implantadas nos aldeamentos, tem-se os ingredientes que levaram a fome e as doenças a muitas das famílias indígenas e, daí, a diversas reações dos índios, das quais destacam-se as revoltas de 1780 e 1790. Tais revoltas acabaram por despoivar os aldeamentos e, até mesmo, a região mais próxima à bacia do rio Branco, morte de quatro policiais, perseguição e punição, com mão-de-ferro, aos insurretos. Aldeias inteiras foram aprisionadas, muitos índios mortos e as famílias dispersadas em aldeamentos diferentes. No dizer do então Governador Lobo D'Almada, "separai-os e espalhai-os por diversas povoações de sorte que não façam corpo", de tal modo que apenas as famílias nucleares poderiam permanecer juntas (Farage, Nádia. As Muralhas dos Sertões. 1986: 339. Tese de Mestrado. Mimeo).

Outra iniciativa tomada para a colonização da área foi o início da criação de gado, através das Fazendas Nacionais, por decisão do então Governador da Capitania de São José do Rio Negro, Manuel da Gama Lobo D'Almada. "O próprio comandante do Forte, Sá Sarmento, fundou uma fazenda, perto da fortaleza, à qual deu o nome de São Marcos. O capitão José Antônio Évora, rico morador do rio Negro, fundou a fazenda São José e o próprio Lobo D'Almada, ao que parece, fundou uma fazenda nacional denominada São Bento, a primeira delas, localizada entre os rios Uraricoera e o Branco (Barbosa, Reinaldo I. Ocupação Humana em Roraima. II. Rer. do Muscu Emílio goelde Séric antropologia (2). 1994:129). Estas três fazendas constituíram o primeiro núcleo da introdução de gado na região do rio Branco" (CIDR. Já citada, 1989:20).

Dos escritos sobre esse final de século ressalta-se para a região da TI. Tabalascada a distribuição dos grupos linguísticos que, em 1800, foi apontada por Ernesto Migliazza. Seus dados nos propiciaram uma visão clara da distribuição Wapixána na região e a indicação precisa de que o grupo se localizava, então, na região das atuais TIs. Tabalascada, Malacacheta e Canuanim (Migliazza, Ernest. Grupos Linguísticos do Território Federal de Roraima. Atlas do Simpósio a Biota Amazônica. Conselho Nacional de Pesquisa, RJ. 1967).

Mesmo com todas as providências da parte do Governo Provincial os aldeamentos não vingaram, restando a certeza de que, para garantir a manutenção do Forte São Joaquim, era preciso buscar índios no rio Negro e que a ocupação do rio Branco deveria ser com colonos civis, o que se viabilizaria a partir de meados do século, com o Decreto Imperial nº 662 de 22/12/1849, que determinou a instalação de Colônias Militares e da Portaria de 26/05/1850, que regulamentou e colocou a região do rio Branco como área prioritária. Essa mudança radical na ocupação da área foi o grande marco na disputa pela terra que, até então, era quase que totalmente ocupada só por índios. No dizer de Farage e Santilli, "o contato se intensifica com a ocupação fundiária, que se inicia com a chegada de colonos civis na segunda metade do século XIX. Com efeito, a colonização civil que consolida a economia pecuarista na região, inaugura a espoliação de territórios indígenas, redefinindo o contorno sociológico da área" (Farage e Santilli. Já citada. 1992: 267).

Um retrato da região onde se localiza a TI. Tabalascada na primeira metade da década de 1880, em especial entre 1884 e 1885, é dado pelo cronista francês Henri Coudreau que permaneceu por 11 meses na região, convalescendo de fortes febres na aldeia Malacacheta, hoje TI. Malacacheta, áreas limítrofes com a TIs. Tabalascada e Canuanim as quais, no nosso entender, formam uma só unidade, tamanha a interação cultural entre os indígenas que as ocupam. Existiam no rio Branco, nessa época, 32 fazendas, sendo que somente quatro delas eram situadas entre a margem esquerda do rio Branco e a também margem esquerda do rio Tacutu, região da TI. Tabalascada. Quanto à população indígena da área, Coudreau entendia que os Makuxí eram considerados arredios. "Isolados, travavam guerras internas, ou com outros povos indígenas que acabaram sendo incorporados ou expulsos da área agora considerada sua. A relação com os brancos não era tranqüila (...). Os Makuxí são mais numerosos que cem anos antes, chegando a ser, no fim do século XIX, o povo indígena mais expressivo na região, contando de três a quatro mil indivíduos" (Coudreau, 1887: 400/1. In CIDR, já citada 1989: 24). Quanto aos Wapixána da região da Serra da Lua, eles são descritos em detalhes: amigáveis, dóceis, interessados em ensinar a língua Wapixána a todos os que se interessam, sendo pouco numerosos não só pela depopulação sofrida até então mas, sobretudo, pela classificação de grande parte dos mesmos como índios "civilizados". "Os Uapichianas eram, há um século, a tribo mais importante do Rio Branco, hoje são, se tanto, em número de mil (...). (...) Aqueles que trabalham para os brancos, que viveram nas povoações, retornando à maloca, nada mudam no tipo hereditário da vida indígena. Eles poderiam ter uma casa melhor, amenizar seu regime alimentar, cultivar para vender, fazer provisões para os maus dias, dedicar-se a qualquer indústria; nada; a poesia preguiçosa da vida indígena, reforçada entre eles por um poderoso instinto ancestral, os subjugam e eles vivem à selvagem como antes, nada guardando da civilização a não ser a calça e a camisa. (...) É curioso constatar que são as tribos que se civilizam mais depressa as que desaparecem igualmente mais depressa. Assim são os Uapichianas" (Coudreau, 1888, X. In Farage, Nádia. As Flores da Fala. Práticas Retóricas entre os Wapixána. USP. São Paulo. 1997: 34, 35 e 40 Mimeo).

Quanto à utilização da área da atual TI. Tabalascada pelos Wapixána das aldeias Malacacheta e Canuanim, nos parece, pelos escritos de Coudreau, não haver dúvidas de que era utilizada para caça, coleta e pesca, além de cortada por caminhos que consistiam nas vias de ligação com outras comunidades indígenas.

Voltando aos fatos históricos da região do Rio Branco, registra-se que, das várias regulamentações sobre a ocupação das terras, na região amazônica, o Decreto Estadual de 16/03/1892, foi o que de fato moldou, juridicamente, a consolidação da ocupação ou espoliação não-índia dos territórios indígenas da região. Por ele fica claro que a prioridade da venda das terras devolutas era dada à legitimação das posses já existentes, sendo que o Regulamento de 21/05/1892, por sua vez, criava a Repartição de Obras Públicas, Terras e Colonização, para organizar a demarcação e a titulação das terras. Segundo o nele disposto cabia, no interior, às intendências municipais atestar a veracidade das declarações de ocupação das terras pelos requerentes. Em outras palavras, cabia ao poder local atribuir e confirmar as posses de si e para si mesmo.

O início do século XX encontra a região do rio Branco ainda com uma população eminentemente indígena, porém dominada pelos "brancos", com um único município, Boa Vista, com cerca de "dez mil habitantes, dos quais três a quatro mil eram brancos e mestiços", sendo a maioria destes fazendeiros e comerciantes. A região ao norte continuava a ser pouco conhecida e "o gado passa a ser índice de propriedade da terra. Assim, uma propriedade sem gado é uma terra livre, não ocupada por ninguém. Uma terra com gado é uma terra que tem dono. Consequentemente, as terras ocupadas por indígenas, sem gado, são ocupáveis, porque livres" (CIDR. Já citada. 1989: 27).

Para as questões indígenas, são marcas do início do século: a) a transferência ao Serviço de Proteção aos Índios, recém criado e ligado ao Ministério da Agricultura, das Fazendas Nacionais que, no conjunto, foram arrendadas a Sebastião Diniz, ato que acarretou diversos desdobramentos, todos desfavoráveis aos índios; b) a chegada dos Missionários Beneditinos para cuidar da recém fundada Prelazia do Rio Branco, os quais não demoram a firmar presença em favor dos índios; c) a promulgação da Lei nº 941, de 16/10/1917, do Governo do Estado da Amazonas. Por essa lei, avançando sobre o campo de atuação que a legislação Federal atribuía ao SPI, o governo estadual conferiu a si próprio, o direito de legislar sobre concessão de terras indígenas. Como que uma faca de dois gumes, tinha de favorável aos índios quase que só a aparência. Em síntese, por ela cabiam aos índios somente as terras não ocupadas por "brancos" e, aos "brancos", as terras ocupadas por eles ou a eles tituladas, mesmo que ocupadas por índios, já que muitos destes eram dados como trabalhadores civilizados.

Além da expropriação das terras, sofriam os índios discriminação generalizada, tratamento nos moldes escravistas, desprezo. Essa situação desfavorável continuou pelas décadas seguintes a ponto do então General Rondon sentir-se admirado pelo tratamento dispensado aos índios, tendo, em 1927, assim expressado: "Que diferença entre os ingleses da Guiana e os brasileiros da fronteira. Aqueles procuram atrair para o seu território todos os índios da região; estes escorraçam os seus patrícios obrigando-os a expatriar-se (...). Coisa interessante: esses índios têm pecha de ladrões no Brasil e passam para a Guiana, onde são bem recebidos pelos ingleses, que os consideram homens de bem" (Rondon, Cândido Mariano da Silva. Índios do Brasil do Norte do Rio Amazonas. Vol. III, CNPI/MA. RJ, 1953:9).

Mesmo com essa situação desfavorável a maloca da Tabalascada era, então, bastante povoada. Segundo Lucila Herrmann, "(...) Taboa-Lascada do grupo Aturáú, ambas, com cem moradores, possuíam, até 1939 tuchaua-dettaba" (Herrmann, Lucila. A Organização Social dos Vapidianos do Território do Rio Branco. Revista. Sociologia. Vol. IX, nº 1.. USP. São Paulo. 1947: 77).

A segunda metade do século XX também não foi favorável aos índios de Roraima. A criação do Território Federal de Roraima, pela Lei nº 5.818 promulgada em 1944, proporcionou as condições que resultaram no apossamento de muitas terras habitadas pelos índios no estado, vez que o governo estadual foi o grande impulsionador do povoamento não-índio da região, o que se deu em total desrespeito aos direitos dos índios. Tal povoamento foi implementado com migrantes vindos especialmente dos Estados do Amazonas, Pará e vários estados nordestinos, motivados por políticas públicas do governo local, de tal modo que, em 1950, a população do Território alcançava a cifra de 18.116 habitantes que se multiplicaria nos anos seguintes.

Exemplificando essa prática temos na região da TI. Tabalascada, como constata Paulo Santilli, que "a intervenção do Estado se deu, entre outras medidas, na implantação de colônias agrícolas, entre as quais a colônia Braz Dias Aguiar, que afetou de modo drástico as aldeias Wapixana na Serra da Lua, fragmentando-as territorialmente.

O governo territorial atuava, assim, sem a devida definição das terras indígenas, já prescrita em lei desde a criação do Serviço de Proteção aos Índios na primeira década do século. Nesta linha, nova leva de títulos de ocupação foi concedida pelo Departamento de Produção, Terras e Colonização nos anos 50, à revelia dos territórios indígenas. A situação fundiária tendeu ainda a recrudescer mais gravemente a partir dos anos 70, em virtude de subsídios governamentais à colonização da Amazônia". (Santilli, Paulo. Laudo Pericial Antropológico. 1999: 22. Justiça Federal em Boa Vista/RR, Proc. 95.357-0).

Mesmo com esse quadro desfavorável, registra-se no final da década de sessenta, um significativo e abrupto retorno ao território brasileiro de grande parte dos Wapixana que haviam migrado para a Guiana Inglesa, obrigados por perseguições políticas. Se estes migrantes aqui continuam vivendo até hoje é porque aqui estão suas terras, enterrados seus mortos, suas histórias e não porque são vistos e tidos pelo governo local e fazendeiros como pessoas de bem e que sejam do interesse do Estado de Roraima.

Além da continuação da política de colonização, que passou a contar com recursos externos, outros fatos são responsáveis pela usurpação de terras indígenas e pelos grandes saltos do número de habitantes detectados pelo IBGE, nos anos de: 1970 - 40.885 hab.; 1980 - 79.159 hab.; 1991 - 217.583 hab.; e 1995 - 262.200 hab. (Freitas, Aimerê. Geografia e História de Roraima. Ed. Grafima, Manaus-AM. 1996: 37). São eles: 1) limitações ao reconhecimento de terras indígenas, impostas pelo regime militar no governo central brasileiro, sempre preocupado com a segurança nacional e, daí, com o domínio da faixa de fronteira por populações indígenas, como: a) os limites das terras indígenas devem ser afastados dos limites internacionais; b) as terras indígenas não devem abranger duas margens de estradas ou rios navegáveis; c) a superfície de uma terra indígena não deve ser superior a 100.000 ha; d) as terras indígenas não devem ser contíguas; 2) a abertura da BR 174, que liga Manaus a Boa Vista, em 1977; 3) a maior abertura dos garimpos de ouro na década de 1980; e 4) a transformação do Território Federal de Roraima em Estado, com a promulgação da Constituição Federal de 1988 e, daí, a consequente independência dos sucessivos governos para implantar políticas incentivadoras do crescimento populacional do Estado, sem compromisso e responsabilidades diretas pela questão fundiária indígena que compete ao Governo Federal.

c) Resumo da História Oral do Grupo Indígena sobre a Área.

Os registros orais coletados junto a membros do grupo sobre a ocupação da área ressaltam vários aspectos. Dado o caráter do relatório, se restringiu tais registros àqueles mais importantes e com ligações diretas ao procedimento administrativo de demarcação dessa terra indígena. Ressalvando o fato de que a área era antigo território de caça, coleta e pesca de índios Wapixána das aldeias Malacacheta e Canauanim - fato conhecido pelo grupo e sucintamente registrado no subitem anterior - apontam os moradores atuais da TI. Tabalascada:

1) segundo o Sr. José Ambrósio - que nasceu nessa terra indígena em 1922, portanto há cerca de 79 anos - a ocupação da área com instalação de residências familiares se deu em 1905. A criação da maloca propriamente dita teria acontecido posteriormente, por volta de 1930/5, segundo o Sr. José da Costa Pereira, o Zé Pinto. O impulso da aldeia se deu com a aglutinação na área - possivelmente por ação de servidores do SPI - de dezoito famílias indígenas. Aciole Cavalcante teria sido o responsável pela "situação" da Tabalascada e Cândido Lima o "Capataz Geral das 18 famílias", que seriam oriundas, sobretudo, da maloca do Canauanim - atual TI. Canauanim, área limítrofe à TI. Tabalascada - e do Igarapé da Galinha, afluente do igarapé Arraia - região da atual TI. Manoá-Pium, localizada na mesma região de Tabalascada. Tais famílias, segundo lembraram os Senhores José Ambrósio e José Pinto, seriam chefiadas por: Pedro Palitô; João Grande, Luiz Cadete, Raimundo Cruz, Moisés Cruz, Elias Cruz, Angelo Cadete, Marco Ambrósio, Nicolau Ambrósio, Izaque Ambrósio, Justo Ambrósio;

2) ainda segundo o Sr. José Ambrósio em depoimento confirmado pelo seu filho e atual Tuxaua, Alderzio Pereira da Silva, quando o INCRA foi "cortar a terra" - da Colônia Cantá - onde está a atual fazenda Iguatu que se localiza na parte sul da TI., o então Administrador do atual Município de Cantá, Sr. Manolo, o procurou para dizer que a área não era indígena e que as famílias indígenas que estavam no local deveriam deixá-la. Tanto fez que as famílias dos Srs. Estevão Arame, Manoel Arame, Abdala Arame e Mauro Cruz - este último genro de um dos primeiros ocupantes da área, o Sr. Elias Cruz - foram obrigados a se mudarem do local. Também foi atingida pela ação de convencimento parte da área onde morava a família do Sr. Inácio Pereira da Silva, o Inácio Buriiti. Segundo se informou no local, as três primeiras famílias se mudaram para Boa Vista, onde ainda estão, e a última foi para a Colônia Braz Aguiar (Confiança), no próprio município de Cantá, lá permanecendo.

3) segundo o Sr. Izafias Matos Colares, tio do atual Tuxaua Alderzio Pereira da Silva, nascido no local "Novo Intento" em 1915, sua família ocupa ininterruptamente a área da margem direita do igarapé do Inácio há muito tempo, pois ele ali chegou em 1930. Ninguém morava no local por ele ocupado ou nas suas proximidades. Sua família foi a primeira e nunca deixou de retirar do local o sustento de todos até hoje.

4) segundo vários dos membros da família Cruz, dentre eles a Sra. Maria Cruz Cadete que nasceu na margem direita do Ig. São Lourenço, entre os igarapés do Azar e o da Fogosa, a área que fica entre a margem direita do igarapé São Lourenço e a estrada do Cantá é indígena e parte inseparável da TI. Tabalascada. O local é ocupado pela sua família, desde mais ou menos 1930, época em que era representada pelas famílias de Elias Cruz e Moisés Cruz. No local estão as sepulturas de vários membros dessa família.

5) segundo o Sr. Jocildo da Cruz Cadete, dentre muitos outros, a luta pela continuação da posse da área da margem direita do igarapé Seringal, em seu trecho entre a antiga ponte e sua confluência com o ig. São Lourenço, e da margem direita deste até a confluência do igarapé Marupiará, parte do limite norte da área identificada como TI. Tabalascada tem sido muito intensa. "até já enfrentei espingarda calibre 12 apontada para meu peito".

Conclui-se, assim, que: 1) a região onde se localiza a TI. Tabalascada foi e ainda é, irrefutavelmente, de ocupação direta e contínua de grupos indígenas Wapixána e Makuxí, conforme os registros históricos dos três últimos séculos; 2) que, nos últimos tempos, é área caracterizada como habitação majoritária Wapixána, nela se localizando também aldeias de ocupação mista; 3) que a área identificada é de ocupação direta e contínua dos indígenas da aldeia Tabalascada desde o início da década de 1900, sendo que a maloca está instalada no mesmo local pelo menos desde 1930/5; 4) que as famílias mais antigas da local são compostas de mulheres Makuxí casadas com homens Wapixána, vindos, em sua maioria, da própria região da Serra da Lua onde esta TI. se localiza.

d) Práticas de Secessão

As ocorrências de cisões - e não de secessão - levantadas na aldeia Tabalascada indicam que elas estão ligadas a questões políticas, acusações de feitiçaria e a desavenças familiares. As famílias ao se deslocarem da aldeia, no geral, retornam ao grupo de origem de um dos seus membros, ou se dirigem para uma aldeia onde possui alguma parentela mais distante, ou para Boa Vista. Assim, uma aldeia pode, ao mesmo tempo, sofrer cisões internas, dela saindo famílias para outras aldeias ou para Boa Vista, ou ser receptora de famílias oriundas de outras aldeias. Nos últimos anos, o destino mais recorrente nos deslocamentos devido às cisões é para a cidade de Boa Vista, à procura de atender às necessidades julgadas mais importantes atualmente: emprego, diversão, saúde e educação. Nem sempre essas cisões têm caráter definitivo, não sendo raros os casos de retorno dos retirantes à terra Tabalascada, muitas vezes reocupando as casas que ficaram abandonadas enquanto estavam fora ou que eram ocupadas apenas em ocasiões especiais, quando seus donos visitavam parentes na aldeia.

O que parece claro é que a fundação de uma nova aldeia na TI. identificada, mesmo que ocorra um número mais elevado de cisões, não está nos planos dos habitantes da TI. Tabalascada, mesmo porque o padrão de distribuição das famílias na área e o tamanho da mesma permitem um certo isolamento em relação aos desafetos.

SEGUNDA PARTE - HABITAÇÃO PERMANENTE

a) Descrição e distribuição da aldeia ou maloca e das residências

A TI. Tabalascada é uma terra de ocupação mista, nela residindo Wapixána e Makuxí. Os primeiros são maioria e, até certo ponto, caracterizam a área como Wapixána. Vindos de diversos locais, como Canauanim e Manoá-Pium, de onde procedem os habitantes que são considerados os fundadores da comunidade. Os Makuxí, com aproximadamente 10% da população, procedem, no geral, de aldeias da TI. Raposa Serra do Sol.

A etnia Wapixána, no Brasil, encontra-se espalhada atualmente por uma vasta região de savana e início da região de mata amazônica, no centro/leste do Estado de Roraima. Segundo dados do Distrito Sanitário Indigenista do Leste de Roraima - DSL - Censo Populacional por comunidade, 1999, a População Wapixána em Roraima é de 5.673 índios.

Os Wapixána habitavam, no passado, malocas comunais de um único compartimento, onde viviam uma família extensa. Nos dias atuais esse padrão de moradia foi abandonado, surgindo em seu lugar uma nova forma de organização e distribuição das residências. Segundo Farage, "Espalhadas pelo campo, as casas compõem, à primeira vista, um desenho aleatório. Ligam-nas umas às outras, estreitas trilhas, imperceptíveis ao olhar menos treinado, secundárias em relação ao caminho largo que leva ao pátio da igreja e da escola e deste, à saída da área. Focalizadas mais de perto, as trilhas contam de frequência, e deixam ler - evidentemente, não com a clareza Jê -, algo de uma sociologia: finas, quase perdidas entre as casas mais afastadas, se adensam entre as casas mais próximas, e apontam para conjuntos sociológicos, quais sejam, as parentelas" (Farage. Já citada. 1997: 23).

A população Makuxí em território Brasileiro é de cerca de 15.000 indivíduos segundo dados do Censo Populacional por Comunidade, do Distrito Sanitário Indígena do Leste de Roraima, datado de 1999. Segundo Paulo Santilli, que descreve a aldeia Makuxí com praticamente as mesmas características das aldeias Wapixána descrita por Nádia Farage, "o desenho desordenado da aldeia Macuxi não demonstra de imediato ao observador sua morfologia social. As casas parecem distribuir-se aleatoriamente, de forma mais comum às margens dos cursos d'água ou ao longo das vertentes das serras. Porém, um olhar mais atento sobre o conjunto das casas percebe que, no mais das vezes, elas se dispõem em blocos ou agrupamentos que correspondem a parentelas. As parentelas formam unidades políticas cuja interação perla a vida social e política da aldeia" (Santilli, Paulo. Ocupação Territorial Macuxi: aspectos históricos e políticos. In Homem, Ambiente e Ecologia no Estado de Roraima. Org. Barbosa, Reinaldo I. et al. INPA. Manaus-AM. 1997, fl. 449).

A maloca Tabalascada não é significativamente diferente das demais aldeias descritas das duas etnias. Conta com uma área que chamaremos de núcleo onde se localizam a igreja católica, o malocão comunitário, o clube das mães, casas dos professores, a escola, cantina, casa do motor de luz, escola, posto de saúde, casa do atendente de saúde e, espalhadas em um raio de cerca de 10 km. aproximadamente, encontramos as construções residenciais, edificadas geralmente próximas a uma fonte de água, nascente ou não, em locais secos e arejados. Além das 59 casas, destinadas a residenciais, existem outras construções para fins diversos.

b) Critérios para Localização, Construção e Permanência da Aldeia e das Casas.

Por localizar-se muito próxima da cidade de Boa Vista e estar ligada a ela por estrada asfaltada, facilitando em muito o contato diário da população da aldeia com a vida urbana de Boa Vista, Tabalascada possui, aos olhos dos índios, muitos atrativos que outras aldeias não contam, tornando-a especial entre as aldeias Wapixána e Makuxí. Simplificadamente, os determinantes para a localização da maloca e das casas de residências na TI. Tabalascada, ao que nos foi possível observar, são:

1 - Para a Maloca ou Aldeia: a) tratar-se de território de uso histórico dos Wapixána e Makuxí, ou que a eles se assemelhem, seja para residência, seja para caça, coleta ou agricultura; b) localizar-se não muito distante de cursos d'água que possam fornecer, além da água para abastecimento da aldeia, recursos aquáticos importantes para a subsistência da população da aldeia; c) localizar-se não muito distante de outras aldeias do grupo;

2 - Para as habitações: a) ser local, seco e bem arejado, permitindo boa ventilação para amainar o calor e espantar os insetos voadores, especialmente pernilongos, borrachudos e piuns; b) contar com uma fonte de água próxima que possa proporcionar acesso fácil e rápido para abastecimento da casa, banhos diários e consumo dos animais domésticos; c) localizar-se o mais próximo possível de uma área que disponibilize matéria prima para construções diversas e de alguns produtos para consumo humano e, ou animal; d) permitir, o mais possível, a manutenção das relações sociais com os parentes mais próximos, a exemplo de pais/filhos e avós/netos; e) localizar-se o mais próximo possível da roça ou do centro da maloca. Caso a residência fique longe da roça, se constrói uma segunda próxima ou junto à roça, que será ocupada periodicamente; f) permitir a criação de animais domésticos sem incomodar os vizinhos, especialmente os de outras parentelas; e g) permitir fácil acesso.

As habitações, em geral, são compostas por um conjunto formado pela casa onde se dorme, se guarda os objetos mais importantes ou que requerem maiores cuidados, a exemplo de roupas, eletroeletrônicos, espingardas e por uma ou mais construções destinadas ao preparo dos alimentos, estoque de vários produtos alimentícios e utensílios domésticos e casa de farinha. A exceção das construções que fugiram ao padrão tradicional, os terreiros e as construções abertas encontram-se sempre limpos. São espaços cultural e socialmente importantes. Quanto à permanência da aldeia no local sabe-se que ela nunca foi mudada e, pelas perspectivas visíveis neste relatório, jamais será. Todos os índios consultados sobre tal possibilidade foram unânimes em afirmar que ela nunca sairá de onde está, ao contrário, acreditam que ela tem tudo para ser uma grande aldeia, até mesmo uma cidade, no futuro.

TERCEIRA PARTE - ATIVIDADES PRODUTIVAS

Os grupos Wapixána e Makuxí da TI. Tabalascada estão organizando muitas das suas atividades produtivas de forma diferenciada das dos seus antepassados mais longínquos e, em alguns casos, adotando várias tecnologias não-índigenas na produção de algumas culturas, na busca de maior produtividade e, portanto, de excedentes. O cultivo de espécies destinadas a comercialização tem sido intensificado. Assim têm procedido, influenciados pelos governos estadual e municipal, pela inserção, mesmo que marginal e parcial, no mercado de trabalho, de produção e consumo, e pelas mudanças advindas da própria dinâmica cultural. São exemplos o cultivo de feijão, arroz, banana, milho, abacaxi e mandioca, tendo como objetivo o mercado municipal da capital Boa Vista, ainda que não exclusivamente.

Face às mudanças impostas pelo contato interétnico a situação econômica dos dois grupos tornou-se penosa. Não produzindo um significativo excedente para venda, sacrificam a subsistência, levando-os a um nível de vida bastante baixo, mesmo para os padrões locais. Assim, a subsistência no local afigura-se tão difícil que muitos não estão vendo outra saída que não mudar-se para a cidade onde, a duras penas, conseguem melhores ganhos e dispõem de saúde e lazer com mais efetividade.

Ainda que continue em prática a residência matrilocal, e que ela implique que, durante um certo tempo, a unidade de produção e consumo seja um tipo de família extensa, a real unidade de produção e consumo, ao que conseguimos observar, é a família nuclear, tendo como chefe do casal o marido, ao qual cabe a responsabilidade pelo estabelecimento da roça, parte da colheita, a caça, parcialmente a pesca e a coleta, e a relação comercial. A mulher, além dos estafantes afazeres domésticos - cozinhar, lavar, buscar água e lenha - e cuidar dos filhos e do marido, é também responsável por grande parte da manutenção da roça, da colheita, do transporte da produção para consumo diário da família e por boa parte da produção de farinha, seja para consumo, seja para venda.

As atividades produtivas na Tabalascada são, sobretudo, influenciadas pelas duas estações reconhecidas na região: o inverno (chuvas), que vai de maio a outubro, e o verão (seca) que inicia em novembro e termina em abril. A agricultura, a caça, a pesca, a coleta, algumas atividades criatórias e o comércio são, juntamente com a venda da força de trabalho, a base da subsistência da comunidade da Tabalascada. Registra-se que a agricultura é a atividade mais importante e que a comunidade vem fazendo um esforço extra na criação de gado e na produção para o comércio. Buscam com estas atividades mostrar a todos que podem e querem a melhoria de vida e o desenvolvimento da comunidade e da região.

Quanto às relações com outros grupos indígenas e com segmentos da sociedade nacional temos que, atualmente, as relações dos Wapixána e Makuxí da Tabalascada com outras comunidades e/ou grupos indígenas ocorrem, sobretudo, nas relações sócio-culturais e políticas. As relações entre os habitantes das TIs. Tabalascada, Macacacheta e Canaunim - que pela presente proposta de revisão de limites passam a serem limítrofes - estão ligadas às questões territoriais, político-econômicas e sócio-culturais como casamento, parentesco, educação, festejos diversos e jogos de futebol.

No que se refere às relações com não-índios, as que envolvem a questão da terra são relações de tensão constante. Os conflitos são generalizados, sendo uma das causas determinantes da incessante busca pelos índios da demarcação da área. Os ocupantes não-índios da terra identificada relutam em sair da área, consideram-se donos dos locais por eles ocupados, empatam, no dizer dos índios, a caça, a pesca, a coleta, a agricultura e até o trânsito para outros locais. Várias vezes tais ocupantes atearam fogo em construções feitas pelos índios em áreas de litígios entre índios e posseiros. Como exemplos mais recentes, temos a queima da casa onde morava o índio Francisco da Silva, construída junto ao lago da Capivara, dentro da TI. declarada em 1982, e do retiro de suínos implantado pelos índios à margem direita do igarapé São Lourenço. Este retiro foi queimado depois que o GT de identificação vistoriou a área e realizou o levantamento fundiário dos ocupantes não-índios nela existentes.

QUARTA PARTE - MEIO AMBIENTE

A indicação e descrição das áreas imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários ao bem estar econômico e cultural dos Wapixána e Makuxi da TI. Tabalascada e a explicitação das razões pelas quais tais áreas são imprescindíveis e necessárias constam do item III Parte - Atividades Produtivas e deste item, estando parcialmente explícitas no relatório "Análise Ambiental Complementar Sobre a Terra Indígena Tabalascada" do Biólogo João Ferreira de Lira Neto anexo ao processo de identificação e delimitação da área.

Segundo esse relatório, a TI. Tabalascada se insere em uma região "constituída por solos Hidromórficos, do tipo latosolo vermelho distrófico, de perfis profundos e fertilidade natural baixa. Em outros termos, estamos falando de um solo que no geral tem uma boa constituição física, mas que é pobre em sais de cálcio e fósforo e em matéria orgânica. Que é saturado em alumínio e ferro e muito desgastado pelas chuvas, ventos e queimadas sendo, por tais características, pouco adequado a práticas agrícolas e pecuárias continuadas, senão sob condições especiais, como já se viu no item Atividades Produtivas - agricultura.

Quanto à fisionomia da região do rio Branco o relatório de João Ferreira de Lira Neto a descreve com clareza: "A cobertura vegetal predominante é a savana com diferentes fisionomias - conhecida pelos índios e pelos não-índios da região como lavrado - e as florestas abertas com a ocorrência das baixas cadeias de montanhas e estendendo-se pelos estreitos vales úmidos e meias encostas. A savana compreende áreas com fisionomia parcialmente campestre, cortada por uma rede esparsa de cursos d'água temporários" ou não. "A grande maioria das áreas de savana apresenta cobertura gramínea densa, constituída fundamentalmente de andropogon spp.. Elementos lenhosos arbustivos, distribuem-se isolados ou em pequenos agrupamentos por toda a área. "Os mais representativos são o caimbé (Curatella americana) e o murici (Byrsonima verbascifolia). Com uma fisionomia puramente campestre, cujo o estrato inferior é constituído de ervas e arbusto, que são gramíneas e cyperaceas, a parte superior da savana é composta de poucas árvores que são geralmente esparsas, as poucas espécies existentes, são bastante utilizadas pelos índios. (...) O lavrado apresenta uma diversidade significativa de espécies faunísticas, porém pobre em quantidade, devido à falta de abrigo e de alimentos. Além desse fator existe uma prática que é utilizada à milênios pelos indígenas, são as queimadas do pasto com objetivo de renovar o mesmo, prática que torna a fauna e a flora cada vez mais pobre.

A floresta é representada por manchas de matas que ocupam o topo das elevações chamadas pelos índios de ilhas. Breus, ingás e aboiranas são as espécies mais representativas deste sistema ecológico". Nos solos mais úmidos desenvolvem-se as matas de galerias com uma florística bastante diversificada onde são encontradas diversas palmáceas. Nos cursos de água mais estreitos, forma-se apenas um filete de buritis (Mauritia flexuosa), paisagem típica do estado.

Segundo indicado no relatório ambiental e por Reinaldo Barbosa (Barbosa, Reinaldo I. Distribuição das Chuvas em Roraima, in Homem, Ambiente e Ecologia do Estado de Roraima. INPA. 1997: 326/333), de acordo com a classificação de Köppen, o clima em Roraima é quente e úmido, tipo AW1. No baixo rio Branco é do tipo AMI com verão mais brando. Quanto ao regime e distribuição das chuvas, temos que o seu pico - inverno regional - ocorre entre maio e julho. Os meses predominantemente secos estão entre dezembro e março - verão regional. No extremo sul do estado o clima é similar ao de Manaus, com o máximo pluviométrico ocorrendo no mesmo período, entre janeiro a abril, no verão do hemisfério sul. Como Tabalascada está a cerca de 25 km de Boa Vista, portanto, acima da linha do Equador e ao que nos foi possível presenciar e informar com a população da TI. Tabalascada, podemos considerar para a área condições semelhantes às acima vistas: inverno entre abril e setembro, com concentração das chuvas entre maio e julho; e o verão compreendendo os demais meses do ano, sendo os meses mais secos os que vão de janeiro a abril. A precipitação média anual é de 1.614 mm/ano. Quanto à temperatura os dados técnicos indicam uma variação aproximada entre 19°C e 39°C.

A comunidade indígena da Tabalascada sabe e entende que precisa produzir mais e com qualidade para satisfazer suas necessidades atuais. No entanto, está preocupadíssima com o visível extermínio dos recursos de suas matas e lavrados e com a diminuição das chuvas em alguns períodos. A capacidade de produção do solo de suas áreas agricultáveis está ficando cada vez mais baixa, uma vez que praticamente todas elas estão em fase de reutilização sem que se tenham recuperado, e a coleta dos produtos dos quais dependem para subsistir, física e culturalmente, estão se exaurindo.

Temos, assim, que tanto as áreas de mata como as de lavrado - que compõem as duas diferentes fisionomias da região - identificadas como de ocupação tradicional indígena conforme mapa e memorial descritivo da área, são imprescindíveis aos Wapixána e Makuxí habitantes da área, para a prática da agricultura, caça, pesca, coleta, edificação de suas casas, enterro de seus mortos, realização de seus encontros e festividades: rituais e lúdicas. Enfim, para se perpetuarem enquanto gente e enquanto cultura diferenciada.

QUINTA PARTE - REPRODUÇÃO FÍSICA E CULTURAL

Ao que foi nos possível observar em campo e segundo os dados disponíveis no relatório, temos que o crescimento populacional da TI. Tabalascada é muito mais influenciado pelo movimento migratório do que pelas taxas de natalidade/mortalidade.

O relatório faz um retorno ao final da década de 1940, para termos uma visão da evolução da população da TI. Tabalascada até 1997 indicando, em uma análise ligeira, que: 1) o crescimento verificado é irregular, sendo muito baixo entre 1946 e 1977; médio entre 1977 e 1982, e relativamente alto entre 1982 e 1997. Isto sugere que as migrações ocorridas nesse último período, vindas de outras aldeias Wapixána ou Makuxí, são responsáveis por boa parte do crescimento ocorrido no período, uma vez que o crescimento está acima das taxas de crescimento verificadas até então; e 2) o crescimento populacional moderado, mas constante da população da TI. Tabalascada implica que a terra identificada deve contar com área suficiente para o estabelecimento da futura população que, mantida a tendência atual, será significativamente maior do que a de hoje. Neste sentido, a recuperação das áreas nos limites leste e oeste é imposição inadiável.

Os usos, os costumes, as crenças, os comportamentos, enfim, a cultura Makuxí e a história da sua ocupação do vale do Rio Branco, tem muitas semelhanças com a cultura e história do povo Wapixána. Daí, como não poderia deixar de ser, também a cosmologia Makuxí tem muitas semelhanças com a dos Wapixána. Segundo Nádia Farage, entre outros autores, "Os dados etnográficos em geral convergem para explicar que para os Carib e Arawak não haveria morte natural; as doenças, os acidentes fatais são atribuídos, via de regra, ao Kanaimé, intervenção enviada pelos inimigos, seja por meios mágicos ou pela ação humana direta" (Farage, Nádia Já citada. 1986: 205). Essa crença tem implicações diversas na vida dos Wapixána e dos Makuxí, dela se originando o desaconselhamento de se estabelecer casas nas áreas de mata, ainda que para ocupação temporária, como no caso de casas de roças. O lavrado com suas especificidade é, assim, local único para a edificação das residências, sendo imprescindível que a TI. Tabalascada conte com áreas de lavrado suficiente para o estabelecimento das habitações da população que advirá do crescimento populacional que não é pequeno, como se viu anteriormente.

No que se refere aos mortos que, no passado, eram enterrados dentro de sua casa que era, então, queimada, temos que, nos últimos tempos, são enterrados no campo. Em geral, a uma certa distância das casas onde residem, ou são levados para o cemitério da cidade de Cantá ou Boa Vista. Na TI. Tabalascada visitamos quatro locais onde foram enterrados índios da aldeia, todos localizados dentro dos limites da TI. Tabalascada, sendo dois deles situados nas áreas objeto desta proposta de revisão de limite: um entre os igarapés do Azar e da Fogosa, na parte sudeste da área, e o outro, próximo ao igarapé do Inácio, que fica na região sudoeste. A importância de tais locais para a comunidade da Tabalascada, ao que nos foi possível observar, é grande, sendo uma das causas da reivindicação de revisão dos limites leste e sudoeste.

Ao que entendemos, a terra é, para os Wapixána e Makuxí, de modo consciente, além de uma base de fixação e referência, um local onde se torna possível a reprodução física do grupo e a prática e perpetuação de suas crenças. Os quatro ambientes indicados pelos índios e configurados pelos levantamentos procedidos pelo GT como imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários ao bem estar dos habitantes da TI. Tabalascada e à sua reprodução física e cultural, são: 1) as áreas de mata, que se localizam na região nordeste/sudeste e às margens dos cursos d'água existentes na área; 2) o lavrado, localizado a noroeste/sudoeste; 3) as duas serras existente na parte sudeste; e 4) os cursos d'água que cortam a área em quase todos os sentidos, sendo os principais: altos igarapés São Lourenço, Bacaba e Santa Cecília, médio e alto igarapé do Inácio, alto igarapé Surrãozinho, todos os cursos dos igarapés Batelão, Serrinha e Aruma, e as margens daqueles que a limita: margem direita do baixo igarapé Seringal, margem esquerda do baixo igarapé da Onça, margem direita do Igarapé Favinha, margem esquerda do igarapé Paxidá e parte da margem direita do rio Quitauá.

SEXTA PARTE - SITUAÇÃO FUNDIÁRIA

No subitem Resumo do Histórico, se procurou deixar claro que a ocupação não-indígena na região da bacia do rio Branco se deu sobre os territórios de ocupação tradicional e secular de vários grupos indígenas, dentre eles, dos Wapixána e Makuxí.

No caso da Terra Indígena Tabalascada, a espoliação através da ocupação não-índia de parte da área se processou de modo mais dramático. Além de enfrentar as vicissitudes enfrentadas pelas outras terras indígenas, esta terra foi atingida deliberadamente pelos projetos de colonização do Estado de Roraima. Em parte dela foi implantada a Colônia Braz de Aguiar ou Colônia Cantá, Gleba Tacutu. Várias ocupações se efetivaram dentro da área por pressão do Governo do Estado de Roraima, através do INCRA e do então Prefeito Municipal de Cantá que atuavam junto aos índios dissuadindo-os a sair da área. Ainda mais um fato veio a complicar o uso da TI. Tabalascada pelos índios, é a instalação da fazenda Santo André, implantada por um senhor de nome Walmir Pereira de Melo, que se dizendo índio, apoderou-se de uma parte da área, causando um verdadeiro drama à comunidade indígena.

Quadro das Ocupações Não-Indígenas incidentes na TI. Tabalascada.

Nome da ocupação	Nome do ocupante	Situação do imóvel	Área do imov. na TI.	Tempo de ocupação	Residência do ocupante
Fazenda Iguatu	Ariosto Santana da Silva	05	1.409,75 ha	07 anos	No imóvel
Sítio São José	Ivan Augusto P. Ferreira	01	100,00 ha	10 anos	Fora do imóvel
Sítio Mirim	Flávio Emílio Klusener	02	24,00 ha	01 ano	Fora do imóvel
Fazenda Bom Jardim	Ivo Ernesto Caljare	01	1.196,35 ha	x.x.x	Fora do imóvel
Sítio Seco	Kenneth Buckley	02	100,00 ha	03 anos	No imóvel
Sítio São Jorge	Maria Garcia C. Ferreira	02	67,73 ha	03 anos	No imóvel
Sítio Bom Futuro	Antônio Sebastião Filho	01	70,00 ha	14 anos	Fora do imóvel
Sítio Estrela Nasce para Todos	Idem	02	60,00 ha	04 anos	Fora do imóvel
Fazenda Paxiúba	Carlos Augusto de Castro Martins	01	147,77 ha	24 anos	Fora do imóvel
Fazenda Santo André	José Jacinto de Ribamar Mendes	02	1.230,00 ha	03 anos	Fora do imóvel
Sítio Maracucana	Itamar de Brito Trajano	02	300,00 ha	12 anos	Fora do imóvel
Sítio Santo Antônio (Sossego)	Zilda da Silva Soares	02	160,00 ha	44 anos	Fora do imóvel
Sítio Maranhá	Syllas Coutinho	01	335,65 ha	26 anos	Fora do imóvel
Fazenda Novo Intento	Clodezir Bessa Filgueira	01	2.400,00 ha	x.x.x	No imóvel

Situação da Ocupação: 01) Proprietário; 02) Titular da Posse; 05) Proprietário de Área parcialmente titulada.

Observando-se o quadro das ocupações não-índigenas incidentes na TI. Tabalascada e os demais documentos integrantes do Processo FUNAI nº 0533/84, se constata que das 14 ocupações que são apropriadas por 13 ocupantes não-índios, apenas 06 possuem registros cartoriais, 01 tem apenas uma pequena parte registrada e as demais, em número 07, são simples ocupações. Quanto a estas, apurou-se junto ao INCRA que seus titulares de posse estão buscando legalizá-las junto ao órgão, mesmo que muitos tenham plena consciência de que estão buscando regularizar terras que estão em processo de reconhecimento da ocupação tradicional indígena.

SÉTIMA PARTE - CONCLUSÃO

A definição de quais os limites da TI. Tabalascada deveriam ser revisados, frente à leitura da documentação constante dos Processos FUNAI/BSS nº 0916/81 e nº 533/84 e dos estudos e levantamentos determinados pela Portaria nº 257/PRES/97, realizados com a participação e colaboração da população de Tabalascada, não foi visualizada em seu conjunto de uma só vez. Foi-se configurando aos poucos. Deu-se na medida em que se compreendia e se configuravam objetivamente: 1) o uso histórico da região e da área pelos Wapixána e Makuxí; 2) as diversas reivindicações de reconquista de territórios de uso tradicional dos dois grupos, os quais foram sendo espoliados ao longo dos anos pelos não-índios; 3) os usos que a comunidade fazia das áreas reivindicadas; 4) a relação com os habitantes das TIs. Malacacheta e Canaunim; e 5) a imprescindibilidade das áreas reivindicadas para a preservação dos recursos ambientais necessários ao bem estar do grupo e à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

Quanto à área entre o limite nordeste da terra indígena declarada pela Portaria nº 1223/E/82 - cortada em parte pela estrada Malacacheta/Boa Vista - e os limites das TIs. Malacacheta e Canaunim, a sua identificação evidenciou-se como imprescindível ao levantarmos os limites da área de ocupação tradicional dos habitantes da TI. Tabalascada, sobretudo porque: 1) nela residem quatro famílias Wapixána aparentadas dos habitantes da Tabalascada, sendo que uma delas está ocupando ininterruptamente a área desde os anos de 1930; 2) estas quatro famílias estão morando fora das três terras que as cercam - Canaunim, Malacacheta e Tabalascada - embora utilizem dos recursos das duas primeiras já que o corredor onde ficaram acantonadas não fornece os recursos naturais de que necessitam; e 3) as relações entre os habitantes das três terras indígenas citadas são intensas, sendo a existência do corredor e dos ocupantes não-índios ali instalados complicadores para essas relações e limitadores do uso da área, não sendo raros no local os atritos entre índios e não-índios. Estes proibem aos índios de usar e transitar na área, ferem e/ou matam animais dos indígenas.

Quanto ao outro trecho que se evidenciou como sendo inquestionavelmente de ocupação tradicional indígena Wapixána e Makuxí da aldeia Tabalascada e, portanto, como imprescindível à TI. Tabalascada é o que fica entre o limite oeste da área declarada pela Portaria nº 1223/E/82 de 25/01/1982 e a margem direita do igarapé São Lourenço. É cortada por parte da estrada que liga Boa Vista à cidade de Cantá e conta com os seguintes igarapés: Maraupira, Fogosa, do Azar e parte dos igarapés São Lourenço de Bacaba. Essa área é parte integrante da reivindicação dos habitantes da aldeia Tabalascada que, em 13/01/90, dirigiu correspondência à FUNAI solicitando a regularização da mesma como de ocupação tradicional indígena.

Sucintamente os limites ora identificados e delimitados, conforme mapa e memorial descritivo da área, podem ser assim explicitados:

- o limite norte, que compreende o trecho entre os pontos P-01 e M-415, foi definido tendo em vista: 1) contar com pontos de amarração seguros e inconfundíveis que são a confluência do igarapé Marupiara com o igarapé São Lourenço; a também confluência do igarapé Inajá com igarapé Santa Cecília; o cruzamento da estrada Boa Vista/Malacacheta sobre o igarapé do Inácio e, finalmente, a confluência do igarapé da Onça com o igarapé do Inácio; 2) a proteção do igarapé Marupiara e da região de sua cabeceira, usados para pesca, caça e coleta; 3) permitir a proteção da área da confluência do igarapé do Inajá com o igarapé Santa Cecília, de uso continuado, especialmente dos que residem nas proximidades da local; 4) incluir na TI. Tabalascada, pela parte norte, a área onde estão três residências indígenas aí instaladas desde a década de 1930, não incluída em nenhuma das terras indígenas que as cercam, Canaunim, Malacacheta e Tabalascada; e 5) incluir dentro da TI. Tabalascada a região do "cemitério" dos índios José, Luiz e Silas da Costa Pereira e das índias Matilde, Deolinda e Estela, bem como do local da antiga residência da família Pereira da Costa, localizados próximos da margem esquerda do baixo igarapé do Inácio.

- o limite leste, que vai do ponto M-415 até o ponto M-23 - limite demarcado das TIs. Canaunim e Malacacheta - tem como justificativas básicas: 1) eliminar o corredor entre as TIs. Tabalascada, Canaunim e Malacacheta; 2) permitir a inclusão de parte das áreas de uso da três residências indígenas instaladas na área desde a década de 1930; e 3) incluir na TI. Tabalascada a serra da Malacacheta de ocupação tradicional dos habitantes das aldeias Tabalascada e Malacacheta. Pela demarcação da TI. Malacacheta e pela área declarada como TI. Tabalascada através da Portaria nº 1223/E/82 essa serra acabou por constituir-se em uma área isolada entre as TIs. Malacacheta e Tabalascada, não pertencendo a nenhuma delas;

- o limite sul, que vai do ponto M-23 ao ponto P-12, ou seja, da confluência do igarapé Favinha com o rio Quitauau até a confluência do igarapé Paxiúba com o mesmo rio Quitauau, buscou-se definir este limite: 1) definir um limite perene e facilmente reconhecido pelos índios e pelos não-índios da região como limite da TI. Tabalascada; 2) incluir dentro da TI. Tabalascada a região da margem esquerda do igarapé Paxiúba, tradicionalmente ocupada pelas famílias indígenas de sobrenome Arame. Essas famílias foram esbulhadas pelo INCRA e pela Prefeitura Municipal de Cantá quando da instalação da Colônia Braz de Aguiar ou Colônia do Cantá; e 3) dar continuidade à proteção do território e das habitações dos indígenas que residem à margem direita do rio Quitauau;

- limite oeste, que vai do ponto P-12 ao ponto P-01, tem como pontos notáveis, o igarapé Paxiúba, três segmentos de linha reta e parte dos igarapés Seringal e São Lourenço. Observa-se que esses segmentos de reta têm como pontos definidores: a cabeceira do igarapé Paxiúba; a intercessão de uma cerca na rodovia que liga a cidade de Cantá à capital Boa Vista, respeitada pelos índios como limite da área; a lagoa da Capivara; e o local de uma antiga ponte sobre o igarapé Seringal, ponto no igarapé onde, segundo os índios, inicia-se a utilização do mesmos. Esse limite foi assim definido objetivando: 1) dar ao limite oeste da TI. Tabalascada sua real localização, vez que a área de utilização pelo grupo vai até este limite, não se circunscrevendo aos limites declarados pela Portaria nº 1223/E/82 e parcialmente demarcados em 1985; 2) incluir dentro da TI. Tabalascada locais de antigas residências Wapixána/Makuxí; cemitério ainda em uso por parte dos habitantes da aldeia; e retiro de criação de suínos implantado pelos índios; e 3) proteger locais de pesca e de coleta, especialmente da coleta de palha para cobertura de casas, material de uso generalizado pelos habitantes da aldeia Tabalascada.

A área identificada e delimitada nos termos deste relatório é de ocupação tradicional indígena Wapixána e Makuxí nos termos do § 1º do art. 231, sendo por eles habitadas em caráter permanente, utilizadas para as suas atividades produtivas, imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários ao bem estar dos mes-

INSTITUTO	
	
Documentação	
SOCIOAMBIENTAL	
Fonte	DCU, B
Data	06/06/2001 Pg 27
Class.	11.1.1.1.1

mos e necessárias à reprodução física e cultural dos índios que a ocupam, segundo seus usos, costumes e tradições.
 Os estudos procedidos para a sua identificação e delimitação respeitou o disposto pelo art. 231 da CF/88, Lei nº 6001/73 e Decreto nº 1.775/96, estando apresentados nos termos da Portaria nº 239/FU-NAI/91 e nº 14/MJ/96.

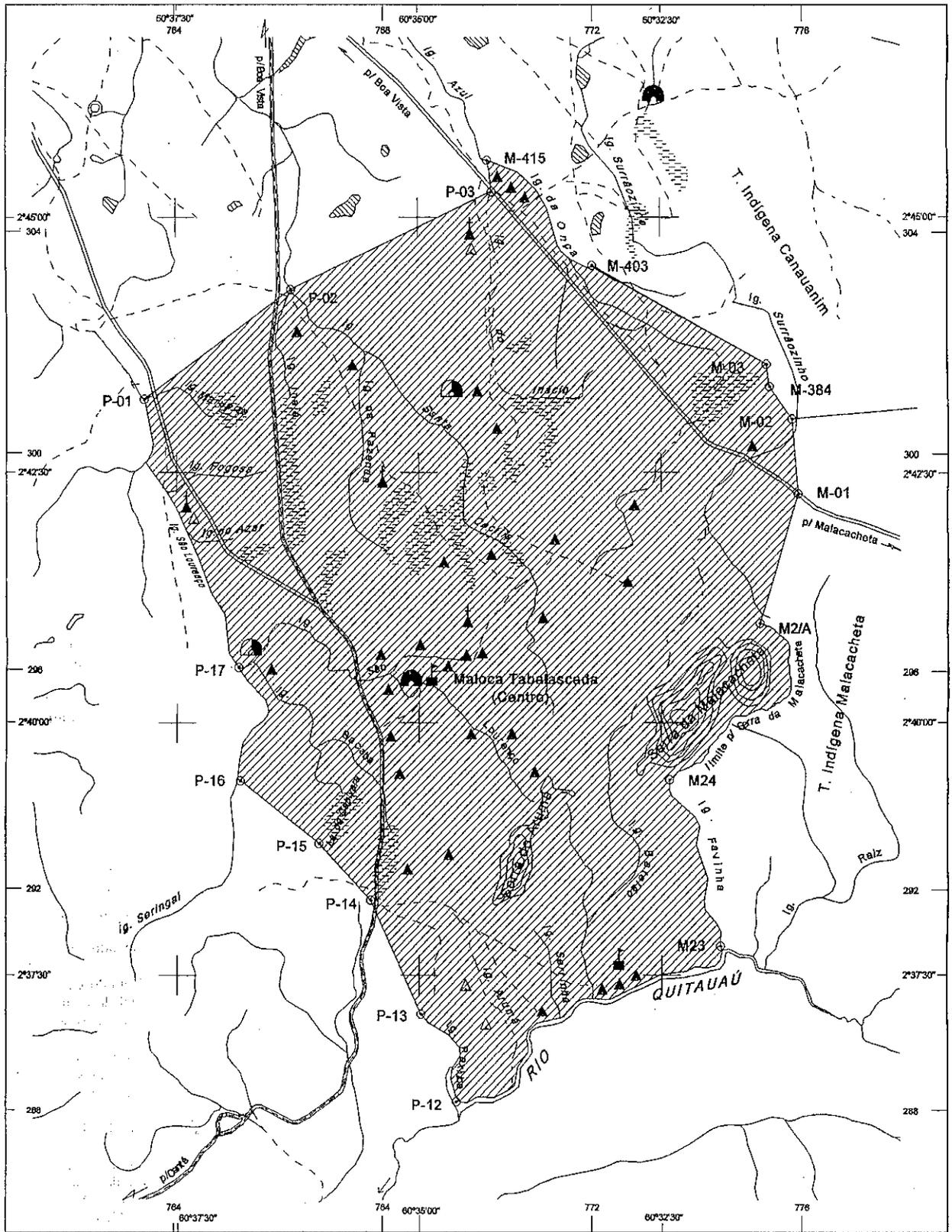
NORALDINO VIEIRA CRUVINEL
 Diretoria de Assuntos Fundiários-DAF
 Departamento de Demarcação-DED
 Memorial Descritivo de Delimitação
 Denominação
 Terra Indígena TABALASCADA
 Aldeias Integrantes
 Tabalascada
 Grupo Indígena
 Wapixána e Indivíduos Macuxí
 Localização
 Município: Cantá Estado: Roraima
 Administração Executiva Regional: Boa Vista
 Coordenadas dos Extremos

Extremos	Latitude	Longitude
Norte	02°45'34" S	60°34'17" WGr.
Leste	02°42'16" S	60°31'05" WGr.
Sul	02°36'16" S	60°34'37" WGr.
Oeste	02°43'13" S	60°37'50" WGr.

Base Cartográfica

Nomenclatura	Escala	Órgão	Ano
NA.20-X-D-II	1:100.000	DSG	1980

Dimensões
 Superfície: 13.024 ha. (treze mil e vinte e quatro hectares), aproximadamente
 Perímetro: 50 Km (cinquenta quilômetros), aproximadamente
 Descrição do Perímetro
 NORTE: partindo do ponto P-01, de coordenadas geográficas aproximadas 02°43'13"N e 60°37'50"WGr., localizado na confluência do Igarapé Marupiara com o Igarapé São Lourenço, segue em linha reta, até o ponto P-02, de coordenadas geográficas aproximadas 02°44'13"N e 60°36'21"WGr., localizado na confluência do Igarapé Inajá com o Igarapé Santa Cecília; daí, segue em linha reta, até ponto P-03, de coordenadas geográficas aproximadas 02°45'15" S e 60°34'14" WGr., localizado na margem esquerda da estrada, no sentido Malacacheta/Boa Vista, próximo a ponte do Igarapé do Inácio; daí, segue pelo referido igarapé a jusante, até o marco M-415, de coordenadas geográficas 02°45'34"N e 60°34'17"WGr., localizado na sua confluência com o Igarapé da Onça e na divisa da Terra Indígena Canaunim. LESTE: do ponto antes descrito, segue pelo Igarapé da Onça a montante, até próximo a sua cabeceira no marco M-403, de coordenadas geográficas 02°44'31"N e 60°33'12"WGr.; daí, segue em linha reta até o marco M-03, de coordenadas geográficas 02°43'33"N e 60°31'25"WGr.; daí, segue em linha reta até o marco M-384, de coordenadas geográficas 02°43'20"N e 60°31'23"WGr.; daí, segue em linha reta, até o marco M-02, de coordenadas geográficas 02°43'01"N e 60°31'09"WGr., localizado na margem esquerda do Igarapé Surraoxinho. (no trecho compreendido entre os marcos M-415 e M-02, confronta-se com a Terra Indígena Canaunim); daí, segue em linha reta até o marco M-04, de coordenadas geográficas 02°42'17"N e 60°31'05"WGr., localizado na margem direita da estrada no sentido Malacacheta/Boa Vista; daí, segue em linha reta até o marco M-2A de coordenadas geográficas 02°40'57"N e 60°31'30"WGr. localizado no sopé da Serra da Malacacheta; daí, segue pelo lado leste do sopé da Serra até o marco M-24, de coordenadas geográficas 02°39'26"N e 60°32'25"WGr., localizado na margem esquerda do Igarapé Favinha; daí, segue pelo referido Igarapé, a jusante, até sua confluência no Rio Quitauau, no marco M-23, de coordenadas geográficas 02°37'47"N e 60°31'54"WGr. (no trecho compreendido entre os marcos M-02 e M-23, confronta-se com a Terra Indígena Malacacheta). SUL: do ponto antes descrito, segue pelo Rio Quitauau, a jusante, até o ponto P-12, de coordenadas geográficas aproximadas 02°36'16"N e 60°34'37"WGr., localizado na confluência do Igarapé Paxinba. OESTE: do Ponto antes descrito, segue pelo Igarapé Paxiuba a montante, até sua cabeceira, no ponto P-13, de coordenadas geográficas aproximadas 02°37'07"N e 60°34'59"WGr.; daí, segue em linha reta, até o ponto P-14, de coordenadas geográficas aproximadas 02°38'14"N e 60°35'30"WGr., localizado na margem esquerda da estrada RR-170, no sentido Cantá/Boa Vista; daí, segue em linha reta até o ponto P-15, de coordenadas geográficas aproximadas 02°38'48"N e 60°36'02"WGr., localizado na Lagoa da Capivara; daí, segue em linha reta, até o ponto P-16, de coordenadas geográficas aproximadas 02°39'27"N e 60°36'53"WGr., localizado na margem direita do Igarapé Scringal; daí, segue por este a jusante, até o ponto P-17, de coordenadas geográficas aproximadas 02°40'29" S e 60°36'54" WGr.; localizado na confluência sua confluência com o Igarapé São Lourenço; daí, segue pelo último, a jusante, até o ponto P-01, início desta descrição perimétrica. Responsável Técnico pela Identificação dos Limites: Orison Leite Ramalho, técnico em agrimensura, CREA-GO 1.830/TD



SINAIS CONVENCIONAIS

- TERRA INDÍGENA DELIMITADA
- PONTO DEFINIDOR DE LIMITES
- MALOCA, CASA INDÍGENA - TOTAL=59
- CEMITÉRIO, ESCOLA
- MALOCA INDÍGENA TRANSITÓRIA, RETIRO
- RODOVIA PAVIMENTADA
- RODOVIA DE REVESTIMENTO SOLTO
- CAMINHO
- HIDROGRAFIA

<p>MINISTÉRIO DA JUSTIÇA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI DIRETORIA DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS - DAF</p>			
DENOMINAÇÃO: TERRA INDÍGENA TABALASCADA		PLANTA DE: DELIMITAÇÃO	
MUNICÍPIO: CANTÁ		SUPERFÍCIE: 13.024 ha.	PERÍMETRO: 50 km.
ESTADO: RORAIMA	ADM. REGIONAL: BOA VISTA	ESCALA: 1:100.000	DATA: 22/10/98
RESP. DEFINIÇÃO DOS LIMITES: NORALDINO VIEIRA CRUVINEL <small>Arquiteto/DAF</small>		PROCESO: BSB	BASE CARTOGRÁFICA: MI - 54
RESP. IDENT. DOS LIMITES: ORISON LEITE RAMALHO <small>Téc. Agrim. CREA 1.83010-00</small>	VISTO CHEFE DO DED: MANOEL FRANCISCO COLOMBO <small>Eng. Agrim. CREA 84.889-D-SP</small>	PORTARIA: 257/PRES/97	